

F 3 28 NOV 1986

Jornal de Brasília

Ass. CONSTITUINTE

Igreja poderá levar propostas a constituintes

O bispo de Bauru, dom Cândido Padin, sugeriu ontem ao Conselho Permanente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) que esta envie a todos os constituintes as propostas da Igreja à nova Constituição, que foram aprovadas em abril na assembleia geral realizada em Itaipava. Entre os principais pontos sugeridos por dom Cândido está a instituição de referendo popular como condição de aprovação das normas constitucionais.

Dom Antônio Soares Costa, bispo auxiliar de Natal (CE), diz que é importante que a Igreja continue seu trabalho de conscientização política do povo, iniciado durante a última campanha eleitoral, também o processo constituinte. A estratégia da CNBB durante a votação da nova Constituição ainda não está bem definida pelos bispos. Segundo dom Antônio, a Igreja pretende acompanhar o trabalho dos constituintes quando eles estiverem decidindo sobre pontos que ela considera mais importantes.

A CNBB pretende se deter nos pontos aprovados na assembleia de Itaipava, explicados no documento "Por uma Nova Ordem Constitucional". Um dos temas aos quais a Igreja pretende ficar mais atenta diz respeito à educação. Dom Romeu Albert, bispo de Ribeirão Preto, demonstrou ontem a preocupação de que o ensino venha a se estatizar ou elitizar. Para ele o grande risco do ensino estatal é o surgimento de estados fascistas.

ANC 88

Pasta Novembro/86

120

Baeta contesta a legitimidade das eleições

Recife — O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Hermann Baeta, afirmou que o pleito do dia 15 último foi polarizado pela eleição dos governadores, deixando de lado a grande discussão a nível nacional, que deveria ocorrer em torno da Constituinte. "Numa eleição onde não houve legitimidade plena, foi escolhida uma constituinte conservadora, embora de tendência liberal", disse.

Para o jurista Hermann Baeta, a OAB deverá fazer uma mobilização em todo o País, envolvendo profissionais liberais e organizações nos estados, para que os constituintes introduzam na Nova Carta normas de interesse nacional e dos advogados. "Queremos envolver os constituintes com temas como o Poder Judiciário, ordem econômica e direitos do trabalhador, da informação e da propriedade", afirmou.

Segundo o presidente nacional da OAB, o pleito deste ano voltou a ter influência do poder econômico e do poder político-administrativo, bem como de resquícios do autoritarismo que predominou no País, além de não ter tido um cunho nitidamente democrático, "pois os pequenos partidos políticos não tiveram os mesmos direitos com relação aos grandes no horário gratuito de propaganda eleitoral".

Poucas lideranças populares foram eleitas e o que vimos foi um alto número de votos nulos e em branco, oriundo de uma cédula eleitoral mal-confeccionada. "Considero portanto, uma eleição não-democrática, onde as minorias não tiveram vez e com predominância de abuso do poder econômico", aduziu o jurista Hermann Baeta.